

**Anais do 6º Interprogramas de Mestrado
da Faculdade Cásper Líbero
(São Paulo, SP, 5 e 6 de novembro de 2010)
ISSN: 2176-4476**

Texto original como enviado pelo/a autor/a

**OS ENQUADRAMENTOS SOBRE DILMA ROUSSEFF NAS NOTÍCIAS DO
JORNAL NACIONAL**

Débora Lapa Gadret¹

Resumo

O artigo analisa a formação dos enquadramentos sobre a candidata à presidência pelo PT Dilma Rousseff no Jornal Nacional, nas notícias sobre o escândalo que eclodiu em 2009, quando ela – então ministra da Casa Civil – foi acusada pela ex-secretária da Receita Federal de ter solicitado o encerramento de investigações sobre empresas de familiares do presidente do Senado, José Sarney. Parte-se dos estudos sobre a construção da notícia, sobre a visibilidade política e o papel do jornalismo na formação das imagens públicas dos atores políticos. Percebe-se como enquadramento hegemônico a suspeição.

Palavras-chave: Jornalismo. Televisão. Enquadramento. Visibilidade. Imagem pública.

Introdução

O artigo busca analisar a formação dos quadros de sentidos sobre Dilma Rousseff, candidata pelo PT à presidência na eleição de 2010, no Jornal Nacional, telejornal brasileiro

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da UFRGS. Bolsista CNPq. Email: deboralapa@hotmail.com

há mais tempo no ar e com o maior índice de audiência no seu gênero². Parte de projeto de dissertação que abarca a análise dos enquadramentos sobre a petista entre abril de 2009 e junho de 2010, este texto focar-se-á apenas nas notícias relacionadas ao escândalo que eclodiu em agosto de 2009, quando a ex-secretária de Receita Federal Lina Vieira disse ter recebido um pedido de Dilma, então ministra da Casa Civil, para acelerar as investigações sobre as empresas de familiares de José Sarney (PMDB), presidente do Senado na ocasião.

Para dar conta deste objetivo, utilizam-se como referencial teórico-metodológico estudos sobre enquadramento e a ideia de que este, na cobertura noticiosa sobre política, é resultado da imbricação entre o campo político – e a necessidade da construção de uma imagem pública favorável de seus atores através da visibilidade midiática – e o campo jornalístico – que, dentro de um campo midiático maior, constrói sentidos sobre a realidade social com legitimidade e credibilidade através das notícias que produz.

Após a apresentação do enquadramento como abordagem que permite analisar os sentidos do texto noticioso, do processo de construção da notícia que resulta em determinados frames sobre a realidade social e do papel da visibilidade midiática para a formação das imagens públicas políticas, será apresentada a noção de suspeição como enquadramento que permeia o mapa cultural brasileiro sobre a política e como este se relaciona à cobertura jornalística do Jornal Nacional sobre Dilma Rousseff no caso especificado acima.

1. ENQUADRAMENTO

O conceito de enquadramento (frame) surge a partir de uma perspectiva situacional desenvolvida pelo sociólogo Erving Goffman, que compreende que os indivíduos percebem o mundo e a realidade a sua volta a partir da pergunta “o que está acontecendo aqui?”. Para o autor, a percepção e a representação da realidade são guiadas por estruturas cognitivas básicas, os frames, compartilhados por sujeitos que fazem parte de uma cultura.

Eu compreendo que as definições de uma situação são construídas de acordo com princípios de organização que governam eventos – pelo menos os sociais – e com nosso envolvimento

² O Jornal Nacional foi o primeiro telejornal transmitido em rede no país e teve sua estréia em 1º de setembro de 1969. Em 2009, fez uma média de 31 pontos no Ibope.

subjetivo nela; frame é a palavra que utilizo para me referir a esses elementos básicos que consigo identificar. Essa é a minha definição de frame. Minha frase ‘análise de frame’ é uma expressão que se refere ao exame da organização da experiência nestes termos (GOFFMAN, 1986:10-11) [tradução nossa].

Dentro dessa ampla definição de enquadramento – estruturas mentais compartilhadas que nos auxiliam a perceber a realidade – Goffman chamou de enquadramentos primários “os esquemas de interpretação de um evento em particular que parecem não depender de interpretações anteriores” (1986:21), mas que estão imbricados em uma cultura ou em determinado grupo social. Para esta análise, interessa dentro dos enquadramentos primários os enquadramentos sociais – aqueles que fornecem um entendimento prévio de eventos que incorporam o arbítrio, o objetivo e o esforço de controle de um ser humano sobre ações orientadas, ou seja, ações que dependem da manipulação do mundo natural e do mundo social pelo homem.

O que Goffman chamou de enquadramento social está relacionado àquilo que Hall et al. (1993) entende como mapas culturais de significado, uma quantidade comum de conhecimentos que cria determinados consensos sociais e que é maior do que aquilo que divide a sociedade. Entende-se que são esses mapas que formam os enquadramentos sociais – as interpretações acerca do mundo natural e social sobre o qual o ser humano atua.

Além dos trabalhos de Hall que lidam com a noção de frame na produção social das notícias, uma das primeiras aplicações mais relevantes do conceito de enquadramento nos estudos em jornalismo é realizada por Gaye Tuchman, em *Making News* (1978), no qual a autora argumenta que as notícias impõem um enquadramento que define e constrói a realidade e que esses enquadramentos estão relacionados ao processo de produção noticiosa ligado ao *ethos* jornalístico e às restrições organizacionais da empresa jornalística (PORTO, 2004). É, entretanto, Todd Gitlin (1980) que elabora uma definição sistemática do conceito de frame aplicado ao jornalismo.

Frames midiáticos, em grande medida não mencionados e não reconhecidos, organizam o mundo tanto para os jornalistas que os relatam quanto para, e em um grau importante, para nós que contamos com seus relatos. Frames midiáticos são padrões persistentes de cognição, interpretação e apresentação, de seleção, ênfase e exclusão, no qual os manejadores de símbolos rotineiramente organizam o discurso, tanto verbal quanto visual (GITLIN, 1980:7) [tradução nossa].

Esta breve definição traz à tona a complexidade deste conceito no contexto da pesquisa jornalística, visto que 1) considera que o enquadramento presente nas notícias tem a capacidade de organizar o mundo social tanto para o jornalista quanto para a audiência; 2) aponta o fato de que os frames passam despercebidos por ambos os lados na maioria das vezes; e 3) deixa espaço para inferência que a construção do enquadramento depende tanto de aspectos do jornalista como indivíduo (por sua capacidade de cognição, interpretação e apresentação) como do jornalista como parte de uma comunidade interpretativa (que seleciona, enfatiza e exclui determinados aspectos do acontecimento a ser relatado).

Esse último aspecto, do jornalista como um manejador de símbolos que seleciona, enfatiza e exclui, permanece no conceito apresentado por Entman que, ao revisar os estudos sobre enquadramento, denomina as atividades de seleção e de saliência:

Enquadramento envolve essencialmente seleção e saliência. Enquadrar é selecionar alguns aspectos de uma realidade percebida e torná-los mais salientes em um texto comunicativo, de forma a promover determinada definição de um problema, uma interpretação causal, uma avaliação moral e/ou uma recomendação de tratamento para o item descrito (ENTMAN, 1993:52) [tradução nossa].

O autor, ao propor essa definição, refere-se ao enquadramento jornalístico e ela será referência na construção do quadro teórico que envolve a produção da notícia, a visibilidade dos atores políticos através do jornalismo e a formação das suas imagens públicas. Buscaremos, no discurso noticioso, a ideia central que move o texto e forma os quadros de sentidos (CARVALHO, 2000), sem esquecer que este enquadramento está atrelado a mapas culturais de significado que permeiam a cultura na qual o jornalista está inserido, a valores do jornalismo enquanto comunidade interpretativa, a restrições organizacionais e a interações do campo jornalístico com o campo político.

2. A CONSTRUÇÃO DA NOTÍCIA

Ao trazer aspectos de seleção e saliência para a definição de frame jornalístico considera-se também que a notícia é uma construção da realidade e não um espelho desta. Assim, apesar de um contrato de comunicação que determina que o jornalista reporte os

eventos de forma fidedigna, os acontecimentos relatados nas notícias dependem de práticas produtivas do jornalismo (RODRIGO ALSINA, 2009).

Quanto ao aspecto da seleção, o jornalismo, através de critérios de noticiabilidade, escolhe determinados acontecimentos que se transformarão em notícias. E esses critérios dependem do *ethos* jornalístico e dos códigos deontológicos da profissão. Esses são formados pelo pólo ideológico do campo, que define o jornalismo como “a prestação de um serviço público que fornece cidadãos com a informação de que precisam para votar e participar na democracia e age como guardião que defende os cidadãos de eventuais abusos de poder” (TRAQUINA, 2005:27). Mas os critérios de noticiabilidade também se relacionam à estrutura organizacional da empresa jornalística e ao seu pólo econômico, que vê a notícia como produto e necessita impor ordem no espaço e no tempo através da distribuição de uma rede noticiosa capaz de cobrir um limitado número de acontecimentos. Todo este contexto implica dizer que o processo de seleção que auxilia a formação dos frames jornalísticos afasta as atenções de determinados aspectos dos acontecimentos. Ou seja, os elementos que são omitidos na formação do enquadramento são tão relevantes quanto aqueles que são incluídos (ENTMAN, 1993).

Entman define a saliência como um “pedaço de informação mais notável, significativa e memorável para as audiências” e esse destaque se manifesta no texto verbal ou visual por sua disposição, repetição ou associação com símbolos culturalmente familiares (ENTMAN, 1993:53). Pode-se perceber, pela menção à audiência, que o enquadramento se forma também na recepção da notícia, considerando as habilidades cognitivas dos indivíduos. Porém, é possível, através do texto produzido pelo jornalista e das formas narrativas de notícia, identificar o destaque que é dado àquele acontecimento.

A construção narrativa da notícia exige a presença do que se chama, no jargão jornalístico, de gancho – aquela informação que justifica a realização da notícia. Normalmente é ela que abrirá o texto noticioso, é a informação de destaque e conduz a construção do discurso verbal e visual. Na televisão, pode ser identificada na escalada, na chamada de bloco e/ou na cabeça apresentada no estúdio. É a isto que o telejornalismo recorre para capturar a atenção do telespectador e este aspecto normalmente é reforçado pelo VT através de palavras e imagens.

3. VISIBILIDADE E IMAGEM PÚBLICA

A construção do enquadramento noticioso é também, em grande parte atrelada, ao acesso as fontes e à relação entre jornalistas e fontes. No que tange a cobertura política, há uma interdependência entre os atores dos dois campos. Há a necessidade do jornalismo de contar com fontes do campo político, que são importantes não apenas pelo acesso regular que permitem ao jornalista o cumprimento dos prazos, mas também pelo caráter de oficial de suas informações e depoimentos. Por outro lado, os políticos possuem grande interesse na visibilidade proporcionada pelo jornalismo, já que esta auxilia a formar suas imagens públicas ao mesmo tempo em que está associada à credibilidade.

O processo de formação da imagem pública não é simples e depende de múltiplos fatores, além da visibilidade jornalística. De acordo com Gomes (2004), a imagem pública é um complexo de informações, noções e conceitos, partilhados por uma coletividade e que caracterizam instituições e atores sociais. É uma representação cognitiva universalizada acerca de um sujeito construída de forma ametódica. Seu traço mais importante é ser produto de uma mediação – ou seja, não se apresenta como o sujeito *é*, mas sim como ele *parece ser*. São máscaras públicas (WEBER, 2004) que buscam adequar o ator político àquelas características que o público considera valorosas (GOMES, 2004).

A imagem pública se forma somente na recepção, última etapa da sua produção após passar pela esfera dos atores políticos e do jornalismo. Depende do repertório dos sujeitos, proveniente de diferentes interações no cotidiano, de diferentes mídias e de sua capacidade interna de reelaboração desses significados. Argumenta-se aqui, entretanto, que é pelo regime de visibilidade permitido pela televisão como meio de comunicação massivo e pela credibilidade do jornalismo que os atores políticos veem no telejornalismo um espaço privilegiado para a formação de suas imagens públicas.

O regime de publicidade permitido pela TV, onde as ações são visíveis a um grande número de indivíduos situados em diferentes e distantes contextos, possui condições particulares sob as quais os atores políticos se apresentam e administram sua visibilidade. Ao mesmo tempo em que os políticos se dirigem a essa audiência massiva sem lugar, é criado um “novo tipo de intimidade na esfera pública”, onde eles precisam se mostrar não

apenas como líderes, mas também como seres humanos, que revelam seletivamente o que antes era considerado privado (THOMPSON, 2002).

Visto que é na visibilidade da comunicação de massa que “os argumentos poderão adquirir maior repercussão e credibilidade” (WEBER, 2006:120), a produção e o controle da imagem pública nesses meios é tarefa vital para a prática política. Os pactos e disputas políticas de visibilidade não dependem apenas do jornalismo e da comunicação midiática e estão em jogo também na comunicação político-partidária e na comunicação pública (WEBER, 2009). Porém é na primeira instância de visibilidade mencionada que não há decisão fechada sobre quais fatos, sujeitos ou instituições serão expostos.

A mídia, e o telejornalismo especificamente, tem a capacidade de reforçar a imagem pública política produzida e administrada pelos *image makers*, mas também tem o poder de construí-la de maneira totalmente dissociada ao que pretendiam o político e sua equipe. Uma das manifestações de visibilidade midiática que saem do controle do campo político e são profícuas para a visada da captação do contrato de comunicação³ no jornalismo é o escândalo. De acordo com Thompson, “o escândalo se refere a ações ou acontecimentos que implicam certos tipos de transgressões que se tornam conhecidas de outros e que são suficientemente sérios para provocar uma resposta pública” (2002:40). Para a configuração do escândalo, é necessário que haja elementos de segredo e ocultação desta (possível) transgressão e que alguns membros não envolvidos a desaprovem e expressem sua desaprovação através de denúncias públicas. A revelação dessas ações pode prejudicar a imagem pública das pessoas envolvidas no caso, visto que a luta pelo poder simbólico travada durante o escândalo tem a capacidade de abalar a reputação do ator político e a confiança dos cidadãos nele.

4. A SUSPEIÇÃO SOBRE ATORES POLÍTICOS

De acordo com a teoria social do escândalo, proposta por Thompson (2002), os escândalos são potenciais esvaziadores de reputação e confiança. Ou seja, mesmo sendo atributos que não se esgotam com o uso, uma vez abalados, são muito difíceis de serem

³ De acordo com Charaudeau (2007), o contrato de comunicação tem dupla finalidade: o fazer saber, relacionado à informação e ao pólo ideológico do jornalismo; e o fazer sentir, veiculado a captação de audiência e ao pólo comercial do campo.

recuperados. Assim, os escândalos podem prejudicar não apenas os indivíduos participantes da transgressão, bem como as instituições das quais eles fazem parte. Esse baixo nível de apreciação e estima concedida a políticos e suas instituições pode abalar ainda a relação de confiança dos cidadãos em seus representantes, gerando algum grau de suspeita. Quebras de confiança frequentes levam a população a desconfiar não somente de líderes específicos, mas dos políticos em si, como classe em permanente suspeita.

[indivíduos] Podem ser levados a se convencer de que não se pode confiar no *governo*, sejam quais forem os indivíduos específicos que supostamente estejam ocupando posições de poder em determinada época, fundamentados no fato de que repetidas quebras de confiança inclinaram o prato da balança da probabilidade a favor da convicção de que indivíduos particulares que detêm ou aspiram ao poder político, mais dificilmente podem merecer confiança (Thompson, 2002:307).

Definimos suspeição como a dúvida que se estabelece sobre a reputação e sobre a culpabilidade de determinado ator político e/ou instituição em ocasiões que se configuram em escândalos midiáticos. O escândalo, gerado por uma transgressão, leva a uma quebra de confiança e à suspeição. Esta, como mapa cultural de significado presente na sociedade brasileira, se estabelece no e através do discurso noticioso como enquadramento predominante na cobertura de escândalos políticos.

Justifica-se a assertiva de a suspeição ser a relação que a sociedade brasileira em geral possui com os representantes políticos através de pesquisas empíricas. Dados recentes sobre a confiança da população em profissões e organizações mostram que o descrédito do brasileiro em políticos é grande. O índice de confiança é de 11%, último lugar do ranking das vinte profissões pesquisadas. Além disso, diminuiu em 5% em relação ao ano de 2009 (GFK, 2010).

Essa noção de suspeição não está atrelada a determinados atores políticos e se alastra para o âmbito das instituições e do governo. A causa desse fenômeno relaciona-se aos escândalos políticos, no Brasil, provocados normalmente por casos de corrupção. Ao buscar traços de elementos culturais da corrupção em pesquisa realizada pelo Centro de Referência do Interesse Público da UFMG, Filgueiras (2008) conclui que a concepção de “corrupção no Brasil está ligada a atos ilícitos praticados por funcionários públicos” (408) e

que “a cultura política vincula, de alguma maneira, o tema corrupção ao tema do Estado” (410).

5. AS DECLARAÇÕES DE LINA VIEIRA E A SUSPEIÇÃO SOBRE DILMA

Em agosto de 2009, Lina Vieira concedeu entrevista à Folha de São Paulo na qual declarou que, no fim do ano anterior, Dilma Rousseff a convidou ao seu gabinete no Palácio do Planalto. Neste encontro, a chefe da Casa Civil teria solicitado à secretária da Receita Federal que encerrasse investigação sobre o filho de Sarney. A declaração teve grande repercussão na mídia, se configurando em um escândalo político, conforme caracterização de Thompson (2002).

No Jornal Nacional, o tema apareceu em 16 edições, no período entre 10 de agosto e 22 de outubro de 2009. Foram analisadas escaladas, chamadas de bloco, cabeças, VTs e notas sobre o assunto, ou seja, todo o conteúdo relacionado diretamente ao caso. Em três ocasiões, mesmo que a reportagem não girasse em torno do caso – este apresentado de forma secundária a investigações sobre Sarney ou Petrobrás –, o gancho era o escândalo e o conflito de declaração entre as protagonistas.

No texto, perpassa um sentido de oposição permanente entre Lina e Dilma. Seja em sonoras, em offs ou em passagens, a ex-secretária da Receita afirma ter recebido, em um encontro com a então ministra, um pedido para *acelerar* investigações nas empresas da família Sarney, o que ela *interpretou* com um pedido para *encerrar* a devassa. Por outro lado, Dilma Rousseff *nega* o encontro e, portanto, *nega* o pedido.

Já na 3ª edição, não há mais sonoras de Dilma, já que ela não deu mais declarações sobre o caso. Essa estratégia de sair da visibilidade midiática para controlar prováveis danos à configuração de sua imagem pública faz com que o conflito avance a um segundo nível, estabelecido entre oposição (integrantes do DEM e do PSDB), que não deseja encerrar o caso; e governistas (membros do PT e PMDB) e governo (ministro das Relações Institucionais), que avaliam que não há nada a ser investigado.

Essa apresentação de possibilidades conflitantes, ritual estratégico que atribui objetividade às notícias (TUCHMAN, 1993) com a finalidade de cumprir a visada do saber do contrato de comunicação, também se configura num enquadramento dramático lúdico,

no qual o estabelecimento de oposição entre dois lados e as metáforas de jogos relatam de maneira didática os complexos jogos de poder do campo político (MOTTA, 2007). Guerra, trégua, desafio, arena, jogada e ofensiva são apenas algumas das palavras utilizadas que indicam esse frame.

Porém, nesse enquadramento dramático lúdico, a suspeita recai sobre a versão de Dilma e a negação do encontro. Isso porque, apesar de ela ter como aliado o presidente Lula – representante com altos níveis de aprovação de seu governo –, que se pronuncia ao seu favor e que “desafia” Lina a apresentar sua agenda como prova, a forma como a ausência de provas sobre o encontro, mais especificamente de imagens do circuito de segurança do Palácio do Planalto, é apresentada indica que Dilma e o governo são responsáveis por eliminá-las. Outro indicador que pende a suspeição para o lado de Dilma é que fontes e texto dos repórteres atrelam o verbo “mentir” à ministra e a expressão “faltar com a verdade” à ex-secretária.

É o próprio JN o primeiro a fazer um pedido dos registros de entrada e saída do Palácio, antes mesmo da oposição, demonstrando a prestação de serviço público do jornalismo com objetivo de defender os cidadãos de abuso de poder. O telejornal teve o pedido negado duas vezes, mas posteriormente são divulgadas as datas em que Lina foi ao Planalto, devido a requerimento da oposição. As imagens, entretanto, foram apagadas. Então, o JN busca o edital de compra dos equipamentos de segurança, trazendo provas auxiliares para conferir objetividade à notícia. De posse desse documento, o telejornal questiona a afirmação do governo de que as imagens ficariam armazenadas apenas por 30 dias. No texto noticioso, segundo o edital, os dados deveriam ser armazenados por seis meses. Apesar de membros do governo dizerem que por dados estão referindo-se aos registros de entrada e saída já divulgados, nem oposição nem o JN confiam nessa assertiva. Fala-se que os “governistas insistem” que “as imagens não foram arquivadas”. Assim, o enquadramento de suspeição extrapola Dilma Rousseff e passa a referir-se a todo o governo.

Apesar de haverem outros frames que permeiam a cobertura deste escândalo, pode-se afirmar que a suspeição é o frame hegemônico sobre Dilma Rousseff nas notícias do Jornal Nacional. Não obstante, quando ela sai da visibilidade midiática e surgem provas auxiliares sobre o caso, a suspeita ultrapassa o âmbito da formação da imagem do ator

político e recai sobre o próprio governo. Acredita-se que este é um enquadramento social, fundado na cultura e nos mapas de significado da sociedade brasileira, que orientam a construção da notícia pelos jornalistas e são reforçados pelo discurso jornalístico.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Anabela. Discourse Analysis and Media Texts: a Critical Reading of Analytical Tools. In: International Conference on Logic and Methodology, 33, 200, Köln. **Anais...** Köln: International Sociology Association, 2000.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2007.

ENTMAN, Robert M. Framing: Toward Clarification of a Fractured Paradigm. In: **Journal of Communication**, autumn, 1993.

FILGUEIRAS, Fernando. A tolerância à corrupção no Brasil: uma antonimia entre normas morais e prática social. In: **Opinião Pública**, vol. 15, nº 2, Novembro, 2009.

GFK. **Confiança da população nos políticos continua em queda**. São Paulo: Junho, 2010.

GOFFMAN, Erving. **Frame analysis: an essay on the organization of experience**. Northeastern University Press, 1986.

GOMES, Wilson. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. São Paulo: Paulus, 2004.

Hall, Stuart et al. A produção social das notícias: o mugging nos media. In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega, 1993.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Enquadramentos lúdico-dramáticos no jornalismo: mapas culturais para organizar conflitos políticos. In: **Intexto**, Porto Alegre: UFRGS, v. 2, n. 17, jul./dez. 2007.

PORTO, Mauro. Enquadramentos da mídia e política. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas (Org.). **Comunicação e política: conceitos e abordagens**. Salvador: Edufba, 2004.

RODRIGO ALSINA, Miguel. **A construção da notícia**. Petrópolis: Vozes, 2009.

SCHEUFELE, Dietram A. Framing as a Theory of Media Effects. In: **Journal of Communication**, winter, 1999.

THOMPSON, John B. **O escândalo político: poder e visibilidade na era da mídia**. Petrópolis: Vozes, 2002.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo: porque as notícias são como são**. Florianópolis: Insular, 2005.

WEBER, Maria Helena. Imagem Pública. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas (Org.). **Comunicação e política: conceitos e abordagens**. Salvador: Edufba, 2004.

_____. Visibilidade e credibilidade: tensões da comunicação política. In: MAIA, Rousiley; CASTRO, Maria Cêres P.S. (orgs.). **Mídia, esfera pública e identidades coletivas**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

_____. O estatuto da imagem pública na disputa política. In: ECO-Pós, v. 12, n. 3, set/dez 2009.